

TURISMO, NATUREZA E POPULAÇÕES “TRADICIONAIS”: NAS TRILHAS DA CHAPADA DIAMANTINA-BA

Senilde Alcântara GUANAES[□]

RESUMO

O presente texto propõe uma reflexão acerca dos aspectos envolvidos na relação entre a atividade turística desenvolvida em áreas naturais e o patrimônio natural e cultural das populações moradoras desses espaços, considerando o lugar da natureza e o lugar da cultura como espaços privilegiados de reflexão e debate sobre os rumos do turismo contemporâneo, seus conflitos, avanços e paradoxos. Através do caso da Chapada Diamantina, o texto busca se perguntar até onde o interesse pelas paisagens naturais e por suas populações representa uma mudança de paradigma ou trata-se apenas de mais uma forma de mercantilização da natureza. Ainda: em que medida o turismo contribui para a preservação e reprodução desses lugares de paisagem, assim como da sua cultura local.

Palavras-chave: Turismo; Natureza; Cultura; Populações Locais.

[□]Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos Rurais (Ceres/Unicamp) e professora da Faculdade de Jaguariúna (FAJ). Doutora em Ciências Sociais (Unicamp) e Mestre em Antropologia Social (Unicamp).

ABSTRACT

This work proposes a reflection about the aspects involved in the relationship between the tourist activity in natural areas and the natural and cultural patrimony of the populations of such areas, taking into consideration the role of nature and the role of culture as ideal for reflection and debate about the ways of contemporary tourism, its conflicts, developments and paradoxes. By using Chapada Diamantina as an example, the text wonders how far the interest in natural landscapes and their populations represents a change in paradigm or if it is only another way to merchantilize nature. It still inquires how far tourism contributes for the preservation and reproduction of such landscapes as well as their local culture.

Key words: *Tourism; Nature; Culture; Local Populations.*

A Chapada Diamantina situa-se na região central do Estado da Bahia, correspondendo a uma extensa área que compõe parte da serra da Mantiqueira, que ao chegar na Bahia desdobra-se em duas outras formações: a serra do Espinhaço e a serra da Mangabeira. As duas fundem-se na direção sul-norte do Estado baiano; ao sul, faz fronteira com Minas Gerais e cruza com as zonas agrícolas e pastoris do cacau e do gado; ao norte, aproxima-se cerca de cem quilômetros ao sul do rio São Francisco, na direção oeste-leste do seu percurso (SENNA, 1998). Trata-se de um enorme conjunto geográfico composto de serras, matas, rios e inúmeras cidades classificadas pelo Governo do Estado de acordo com as duas principais atividades econômicas que povoaram a região. As cidades sustentadas pela economia agropastoril estão agrupadas sob o nome de zona *agrícola* enquanto que a região originada pela mineração é conhecida por zona *lavrista*. Os termos sociedade *lavrista*, cidade *lavrista* ou *lavras diamantinas* são usados por estudiosos para designar o encontro de correntes migratórias e do processo de relações sociais envolvidos com a economia do diamante.

Na chapada *lavrista* ou *histórica*, foi criado o Parque Nacional da

Turismo, natureza e populações "tradicionais": nas trilhas...

Chapada Diamantina, envolvendo parcialmente os municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Ibicoara, Itaeté e Palmeiras, onde fica o IBAMA - responsável pela administração do Parque. A conservação arquitetônica e o acervo cultural da Chapada *Lavrista* foram responsáveis pelo tombamento de algumas dessas cidades, principalmente de Lençóis - a primeira a obter o título de Patrimônio Histórico Nacional, em 1976, enquanto o Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado apenas em 1985, quase dez anos depois.

Os dois acontecimentos, embora distantes no tempo, representam o início da vocação turística da região e marcam as primeiras discussões acerca da interação das populações humanas com os espaços naturais. É interessante observar que ambos os projetos, tanto o que reivindicou o título de Patrimônio Histórico Nacional à cidade de Lençóis quanto o que qualificou áreas naturais para a transformação em Parque Nacional, utilizaram-se de uma tradição histórica e cultural alicerçada na atividade do *garimpo manual*:

Toda a beleza arquitetônica, a história, a arte e a cultura, desta cidade tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, está fundamentada no alicerce da atividade econômica garimpeira. O garimpo manual, esteve presente nestas serras por mais de 150 anos e ainda assim, a natureza se manteve com a exuberância capaz de atrair hoje, milhares de turistas e ter sido declarado em 1985, área de Parque Nacional. [1]

As primeiras trilhas da Chapada Diamantina foram criadas ou descobertas pelos garimpeiros do norte de Minas Gerais no fim do século XIX. Após o declínio da mineração no Estado, algumas cidades da Chapada ficaram abandonadas, restando apenas os garimpeiros mais velhos, alguns criadores de gado e uma incipiente agricultura. Foi o caso dos municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí e Palmeiras, sobretudo Lençóis, que vivia quase que exclusivamente do garimpo de diamantes. Alguns povoados e cidades praticamente desapareceram, restando apenas as ruínas de algumas construções e muitas trilhas e rotas fechadas pela vegetação, caminhos reencontrados pelos "mochileiros" ou "trilheiros" - aventureiros em busca de uma natureza escondida - aqueles que gostam antes de desfrutar o percurso da caminhada, com suas paisagens e lugares

pitorescos que vão se descortinando a cada novo passo. É importante ressaltar que o turismo desenvolvido em áreas naturais nasce junto com a idéia de paisagem como um valor intrínseco.

(...) o sentimento religioso despertado pelo contato com a natureza e mais especificamente com a montanha perpassa muitos relatos de maneira ainda mais marcante. Em alguns casos este sentido do estar na montanha e de sua contemplação assumem até mesmo a forma do culto: há registro nos livros de visitantes como em outras fontes de várias missas e cerimônias evangélicas (SERRANO, 1996, p. 105).

Essa *sacralização* da natureza, presente desde a origem desse tipo de prática turística, fornece alguns elementos importantes para a reflexão sobre as formas do turismo contemporâneo, e para que a partir deste, possamos articular o fenômeno do turismo na natureza, ou o chamado *ecoturismo*, com a sobrevivência cultural e econômica da população e do patrimônio natural da Chapada Diamantina e de tantas outras paisagens de visitação no País e no mundo. Ainda que o turismo, enquanto um fenômeno cultural, possa significar um movimento de liberdade e modernidade supostamente saudável e “limpo” para as populações envolvidas, é preciso considerar, como aponta Hogan (1997), que a atividade pode, sim, “transformar-se em um veículo que mercantiliza os últimos redutos de uma natureza intocada”.

Embora o turismo da Chapada Diamantina tenha sido formalmente “inaugurado” por fatos como o tombamento da cidade de Lençóis e pela criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina - Unidade de Conservação (UC) de proteção integral -, alguns acreditam que a chegada das *comunidades alternativas* no Vale do Capão, município de Palmeiras, abriu os caminhos para que a Chapada fosse descoberta por um turismo “ecológico” antes da chegada do turismo de massa, que mais recentemente foi sendo consolidado na região.

As pessoas que buscavam qualidade de vida associada a uma maior proximidade com o mundo natural, elegiam a região como um espaço privilegiado para a criação dos filhos e para o desenvolvimento de um estilo naturista de vida. Algumas famílias chegaram à região através de “comunidades” naturistas que se instalaram na Chapada, mais

Turismo, natureza e populações "tradicionais": nas trilhas...

especificamente no Vale do Capão; estas, com um nível de organização que lhes permitiam uma certa autonomia econômica, tiveram a preocupação de se integrar à sociedade local através de projetos sociais desenvolvidos na área de educação e saúde. A idéia desses grupos "alternativos" era habitar em um lugar onde dez anos depois não precisassem sair novamente, expulsos pela especulação imobiliária, pelo turismo de massa e, conseqüentemente, pela relação predatória com a natureza e a sociedade local.

Entre as comunidades que chegaram à região entre os anos 70 e 80, destaca-se a comunidade *Lothlorien*. Hoje não mais auto-denominada "comunidade alternativa" e sim um espaço de descanso e saúde, a *Lothlorien* - criada por um grupo de pessoas oriundas de várias partes do País e do mundo - sob responsabilidade do médico naturista Áureo Augusto e de sua esposa na época, Cecília, foi uma das primeiras a chegar à região. A comunidade, criada em 1976 aproximadamente, atraiu muitos visitantes para o Vale do Capão: situado entre o município de Palmeiras e Lençóis. Atualmente o grupo - que também mudou sua composição - mantém o trabalho com terapias curativas à base de produtos naturais extraídos na própria região, como a argila e os cristais, e continua a atrair visitantes que buscam qualidade de vida e uma transformação física e espiritual através de um maior contato com a natureza. O médico Áureo que, através da medicina alternativa e dos partos naturais, estabeleceu uma forte integração entre a população local e os primeiros visitantes, continua no Capão, colaborando com o grupo, mas não mora mais na Comunidade.

Retornei do Chile e abri o primeiro consultório de naturismo em Salvador, já fazia parto Leboyer, parto de cócoras, por isso já era conhecido na Bahia e pouco tempo depois eu vim aqui na Chapada Diamantina e fiquei muito encantado com esse Vale... e com um grupo de amigos compramos um terreno aqui no Vale do Capão. Esse terreno foi comprado por 4 pessoas, 4 amigos... nos conhecemos aqui na semana santa... no final do mesmo ano eu e minha família nos mudamos para cá, eu tinha a esposa, três filhas adotivas e um filho de sangue... Em janeiro do ano seguinte conheci um cara no workshop que era da Comunidade de Nazaré Paulista, naquele momento me deu o estalo que aqui seria uma comunidade. Inauguramos a comunidade só nós (eu e minha família) depois vieram Miklos e Sônia, amigos de longa data e entraram também na história. [2]

Nesse sentido, a prática do turismo em áreas naturais, além de possuir um forte apelo para uma reformulação corporal e espiritual, está voltada para a contemplação da natureza em seu estado mais “selvagem e intocado” (DIEGUES, 1996), o que também representa uma forma de uso e concepção do espaço natural. A fruição, ainda que contemplativa, da natureza implica um processo irreversível de transformações no próprio meio natural e no modo de vida da população local. Há desse modo uma relação paradoxal entre o turista, a natureza e a comunidade local. O consumo e fruição da natureza através do lazer, embora tenham um viés preservacionista, podem tornar-se contraditoriamente o principal meio de depredação do espaço natural.

Há nesse contexto uma preocupação necessária e pertinente com as populações localizadas em áreas reservadas à preservação, que vivem o processo mercadológico em seus espaços naturais. É preciso considerar que o turismo praticado em espaços naturais, ainda que protegidos através de políticas de conservação, também representa uma ameaça à conservação e uma possível expropriação dos recursos naturais.

Se a atividade turística tem de fato transformado a relação homem e natureza, cabe-nos entender essas transformações no universo material e simbólico das populações envolvidas nesse processo. Desse modo, pensar as mudanças e reestruturações trazidas, seja pela presença de um parque nacional, seja pelo tombamento do patrimônio arquitetônico, ou até mesmo, pelos empreendimentos voltados aos visitantes, é também um modo de refletir sobre a presença do turismo em áreas naturais e na vida cotidiana das populações que vivem nessas áreas. É também um modo de pensar como políticas, em princípio tão antagônicas, como aquelas suscitadas pelos preservacionistas, em oposição aos que desejam o desenvolvimento turístico, podem desfrutar de um espaço contíguo contemplando interesses contraditórios e ao mesmo tempo complementares.

Contraditórios, inclusive, devido à escassez de políticas de análise e planejamento do setor em todo o Brasil, onde a atividade ainda é vista como um fenômeno espontâneo e impositivo. Os estudos sobre turismo e lazer no Brasil são ainda recentes, principalmente quando pensados sob o viés das ciências sociais e da antropologia, mais especificamente. Só

Turismo, natureza e populações "tradicionais": nas trilhas...

mais recentemente essas disciplinas vêm se preocupando com a questão do turismo, talvez pelo crescente desenvolvimento da atividade em áreas rurais no Brasil, em lugares habitualmente estudados pela antropologia e/ou sociologia rural.

Os visitantes e/ou turistas dos espaços naturais buscam através da natureza uma experiência singular, que consiste no afastamento temporário do mundo de simulacros da sociedade urbano-industrial. Nessa busca, o turista torna-se um *viajante* na medida que perde o caráter coletivo e fundamentalmente consumista da atividade turística e mergulha na experiência individual e contemplativa da viagem, instaurando um "tempo" e um "espaço" subjetivos e pessoal - portanto, intransferível ao *outro* enquanto experiência. Ao despir-se do habitat urbano, o *viajante* (re)descobre o encantamento com a natureza e permite a possibilidade de uma aproximação com o universo humano que o cerca.

O turista que chega aqui na Chapada, principalmente aqui no Pati, ele quer se misturar ao nativo, ele quer sentir como é ser nativo... eu mesmo levo o turista na minha casa para conhecer minha mãe, para ver como eu vivo, que é uma casinha muito simples mas que o turista gosta de sentir essa simplicidade, gosta de relacionar com o guia como ele relaciona com um amigo... é claro que isso tem um limite, muitas vezes ele também quer ficar sozinho... meditando, olhando a montanha, mas mesmo nessa hora existe uma cumplicidade, quando você fica seis dias andando com uma pessoa no meio do mato, não tem jeito... você se relaciona com ela até pelo olhar... [3]

É muito comum que os viajantes-turistas retornem várias vezes à Chapada Diamantina. Há aqueles que conhecem tão bem as trilhas, a geografia do lugar e as espécies naturais que compõem seu ecossistema, assim como os garimpeiros e pequenos agricultores - moradores encontrados nas "passagens", nos caminhos entre uma aventura e outra, que acabam dispensando o uso de guias mesmo para as trilhas mais distantes e perigosas. Alguns tornam-se amigos dos moradores locais e estabelecem relações de parentesco ritual com as pessoas do lugar, é o caso do batismo, que traz os laços de amizade e afeto não consanguíneos para a esfera do familiar, para o lugar da intimidade só conferido aos parentes.

Com o tempo esses viajantes adquirem uma familiaridade, para além das pessoas e da natureza já explorada e conhecida, mantendo mesmo à distância uma comunicação contínua entre aqueles da sua rede social e ampliando a sua rede entre os amigos de fora e os de dentro. Muitos vão enraizando-se ao lugar e criando um sentido de pertencimento que extrapola as relações comerciais que se estabelecem com o turismo. Tais viajantes vão aos poucos se transformando em moradores: controem suas casas, envolvem-se em trabalhos, casam-se e criam seus filhos no lugar escolhido, embora essas cidades ofereçam poucas oportunidades de emprego e precárias condições de saúde e educação.

Por trás de todo esse processo de transformação está a escolha por uma vida mais saudável e pela natureza: diversificada e exótica a paisagem é sem dúvida o principal atrativo da Chapada Diamantina. Entretanto, misturados às paisagens e ainda próximos do mundo natural, os habitantes locais acabam cativando os viajantes, despertando-lhes simpatia e curiosidade, ora pela cultura, ora pelo fino conhecimento acerca do mundo da natureza. Os viajantes-turistas, ainda quando hospedados em hotéis e casas confortáveis, dispensam o conforto e a praticidade desses ambientes e saem à procura da natureza anunciada em seus países e cidades de origem. Buscam os rios, as cachoeiras, as serras entrecortadas e tabulares, os vales e grutas intermináveis; buscam o silêncio, a beleza e o prazer proporcionados por uma natureza de aspecto “selvagem” que se contrapõe às sensações e imagens da habitual “civilização”.

O Vale do Pati, núcleo populacional situado entre os municípios de Andaraí e de Palmeiras, é um bom exemplo de como o turismo tem afetado a vida da população e se configurado como um dos arranjos possíveis para a permanência no vale, ainda que as implicações disso sejam questionáveis. Antes da chegada do turismo no Pati, em aproximadamente 1983, o patizeiro precisava se ausentar do vale durante todo o período das chuvas - dezembro a abril - para procurar trabalho nas cidades vizinhas; com o turismo, além dessa necessidade ter diminuído, os moradores do Pati têm garantido a presença física da casa e da família no vale. Visto que se sentem constantemente ameaçados pelo processo de desapropriação do Parque [4], essa seria uma intervenção observada como “positiva” entre os moradores do vale.

Turismo, natureza e populações "tradicionais": nas trilhas...

Ainda no caso do Pati, os guias escolhidos para os passeios na mata são normalmente os *garimpeiros de serra* e/ou seus filhos e netos, as agências preferem contratá-los pela experiência em ficar muitos dias nas matas, abrir trilhas e "picadas", fazer fogo e improvisar acampamentos, e principalmente, pelo conhecimento geográfico e biológico da Chapada Diamantina como um todo - região intensivamente explorada pelo garimpo manual praticado desde a sua descoberta. Esse contexto tem mudado com a formação dos novos guias, desvinculados do garimpo, que têm se organizado em associações e se estruturado para formalizar e profissionalizar a atividade, o que pode vir a excluir o velho garimpeiro de serra, mas não a sua família.

Com a chegada de visitantes durante quase todo o ano, a atividade turística tem se transformado intensamente, exigindo uma ágil diversificação e qualidade dos serviços oferecidos. Torna-se cada vez mais comum a proliferação de bares noturnos, clubes dançantes, festas que atravessam a madrugada e programas culturais como o *Festival de Inverno de Lençóis*, que acontece anualmente entre os meses de agosto e setembro, seguindo a tradição dos grandes festivais de cidades turísticas como Ouro Preto, Paraty, Campos do Jordão, entre outras. Os moradores locais e mesmo os "alternativos" - como são chamados os que vieram de fora -, ressentem-se desse turismo de massa, crescente a cada ano, e consideram a cidade modificada pela cultura "dos de fora", tanto para o bem como para o mal.

A percepção de que a *cultura lavrista* da região vem sendo modificada pelos visitantes não chega a ser uma crítica ou insatisfação por parte da população local; eles afirmam gostar das mudanças trazidas pelo turismo e das cidades povoadas, gostam recorrentemente de lembrar que a Chapada sempre foi cosmopolita, referindo-se aos tempos do garimpo, quando a região vivia repleta de pessoas das mais diversas procedências, havendo uma intensa rotatividade: conhecia-se e negociava-se com gente do mundo inteiro. Talvez por essa herança cultural, a maior parte da população da Chapada Lavrista envolve-se facilmente com os visitantes e as culturas exóticas que eles portam diante dos seus olhos. Com exceção dos povoados mais isolados como Estiva, no município de Lençóis, ou mesmo Parnaíba, no município de Iraquara, onde os habitantes vivem

de uma incipiente agricultura e as pessoas não estão habituadas com a circulação de estranhos. Não são lugares de passagem.

Quando exercia a função de guia local em Lençóis [5], entre os anos de 1990 e 1991, foi possível conviver diretamente com o movimentado fluxo turístico das excursões agenciadas em Salvador. Guiamos, nesse período, cerca de 10 grandes excursões com aproximadamente 40 pessoas, entre adultos, adolescentes e crianças. Nessa época já assustava o alto número de visitantes circulando nos sítios *ecoarqueológicos* [6], rios e cachoeiras; o que despertou a preocupação dos dirigentes locais e do Governo Estadual, no sentido de planejar o fluxo e estudar como controlar e selecionar o turismo desejável para a região. Havia um medo latente de que, enquanto a preocupação dos movimentos ambientalistas voltava-se para a paralisação do garimpo *mecanizado*, os turistas *devorassem* a natureza.

Por outro lado, a Chapada Diamantina tem passado por um momento político importante: as atividades praticadas na natureza têm sido foco de muitos debates e de uma constante preocupação por parte da população local, principalmente por conta da mobilização em torno do PNCD e dos trabalhos desenvolvidos por ONG's sócio ambientais da região. Como efeito, percebe-se movimentos mais sensíveis em torno da prática de visitação à natureza. O turismo praticado dentro da área do Parque, por exemplo, está sendo obrigado a se reformular em função das demandas dos seus gestores, inclusive porque a relação que se estabelece com a natureza vem acompanhada da relação que se estabelece com os que dependem dela para a sobrevivência. É interessante notar que essa é uma mudança desejada tanto pelos moradores locais quanto pelos visitantes:

Hoje nós estamos aí com o turismo que você conhece e está vendo aí esse fluxo todo, esse interesse... e praticamente a cidade (Lençóis) vive disso. Mas não foi fácil chegar até aqui, a caminhada foi longa, as modificações foram muitas, muita coisa positiva; logicamente que a gente paga um preço por isso, quando a gente admite incrementar uma atividade econômica limpa como essa, mas que também tem impactos, criam impactos e nós estamos atentos, inclusive, para esses impactos, para eliminar esses impactos, mas graças a Deus, hoje tem várias pessoas na cidade, filhos da cidade, que estão ganhando a vida com isso,

Turismo, natureza e populações "tradicionais": nas trilhas...

... pessoas que fizeram sucesso aqui, pessoas que eram simples garimpeiros ou filhos de garimpeiros, e hoje são donos de hotel, de restaurante e de pousada aqui na região [7].

Em Serrano, encontramos dois conceitos básicos de ecoturismo que talvez apontem para os possíveis caminhos da indústria ecoturística e das suas transformações. Segundo a Embratur, responsável pela organização do setor turístico no Brasil:

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (SERRANO, 1996, p. 106).

Já as agências turísticas (*trade*), que estimulam a atividade no mercado abrangem ainda mais o conceito e consideram o ecoturismo como sendo:

... toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, da fauna e dos aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas (IDEM, IBIDEM).

Ambas as definições apresentam problemas práticos e conceituais que estão no foco da discussão de vários autores. De início, é importante enfatizar que apesar das duas definições apresentarem semelhanças, a primeira ensaia uma preocupação com as populações locais, enquanto a segunda está inteiramente voltada para a prática do turista e dos seus interesses sobre a natureza.

Entre os princípios que tentam (re)organizar o empreendimento ecoturístico, é possível encontrar - quando articulados com os dados da pesquisa -, um sério abismo entre os postulados de "desenvolvimento sustentável" estabelecidos pelas populações urbano-industriais e o desenvolvimento real e possível das populações locais. Ou seja, trata-se de uma retomada do impasse entre o que a população local considera viável, importante e eficaz no uso dos seus recursos naturais, incluindo aqui o uso

turístico e paisagístico, e o conhecimento científico formal e político que concebe outras formas de utilização desses recursos; entre os dois está a desigual relação de poder que desequilibra ainda mais a oposição entre as demandas locais e as necessidades do mercado externo.

Não há dúvida quanto à contingência da atividade turística, onde quer que ela se instale. Tanto nas cidades do entorno quanto dentro de unidades de conservação, a falta de controle sobre a atividade é acentuada, pois não há órgãos e profissionais qualificados para realizar um planejamento adequado à realidade local. O Prodetur - Programa de Desenvolvimento Turístico tem tentado resolver ou pelo menos suavizar as consequências da falta de planejamento para a atividade. Mas o desencontro entre os interesses do Estado, que notoriamente deseja um turismo de massa para a região, e os interesses locais que são também muito diversos e, é claro, contraditórios, é um problema a ser resolvido antes da implantação das regras sugeridas pelo Prodetur. São regras que oscilam entre a sustentabilidade do meio natural e as exigências de lucro do mercado externo.

Os gestores e conselheiros do Parque, representados pelo Ibama e Conselho Consultivo, também têm procurado normatizar o uso turístico da área. Prevendo que a regulamentação e o plano de manejo da unidade compreenda um longo processo, o Ibama resolveu elaborar um Plano Emergencial de Uso Público (PEUP) que pretende regular as atividades de turismo dentro da área do Parque. O Plano Emergencial, que deverá ser incorporado ao plano de manejo quando regulamentada a área, prevê normas de zoneamento e restrições para a visitação pública, algumas áreas com ecossistemas muito delicados ou com um grande desgaste nas trilhas de acesso poderão ser proibidas à visitação.

O turismo é um fenômeno em princípio irreversível, considerando que é muito difícil o controle e organização da atividade. Trata-se de um empreendimento que alia os novos interesses da cultura globalizada com os novos arranjos do sistema capitalismo. Faz-se necessário, portanto, conhecer de modo cuidadoso de que maneira essas novas formas de organização estão se relacionando com as populações consideradas tradicionais. E mais importante ainda, de que modo essas populações estão se organizando através do empreendimento turístico, como é o caso do

vale do Pati, que tem se estruturado para viver do turismo, mas impondo regras próprias ao empreendimento, num posicionamento mais ativo e participativo frente aos rumos da atividade.

No que concerne às populações locais, também chamadas de “tradicionais”, é importante salientar que a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) [8] no Brasil foi sancionada em 2000 e “estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão de unidades de conservação”. O documento propõe uma relação “eficaz e harmoniosa entre as populações locais, a natureza e os agentes externos”, o que na prática pode ser traduzido pelo zoneamento - procedimento técnico integrado ao plano de manejo que reserva estratos da unidade de conservação à determinadas normas de uso - desse modo, algumas áreas estariam interditadas às ações humanas (uso indireto) [9], enquanto outras comportariam o uso “sustentável” (uso direto) dos seus recursos.

O zoneamento dessas áreas, em maior ou menor grau de preservação e com condições reguladas de acesso, é resultado de um estudo técnico, orientado por critérios ecossistêmicos e territoriais. Não contemplam, portanto, os valores e critérios locais de acesso e uso dessas áreas; o que tem afetado (in)diretamente, e às vezes de modo perverso, a vida da população que depende do uso dos recursos naturais dessas áreas para a sua sobrevivência. A partir desse eixo encontramos uma discussão polarizada entre aqueles que, ainda inspirados pela “Tragédia dos Comuns” de Hardin (1968), preconizam que as populações humanas são naturalmente destruidoras da natureza e fazem um uso predatório e ilimitado da mesma; e aqueles que, para assegurar os direitos de permanência e reprodução física e social dessas populações, defendem a idéia de uma cultura “nativa” tradicionalmente harmoniosa e em “equilíbrio” com o meio natural.

Nesse sentido, os trabalhos que Diegues (1996 e 1999) trouxe ao Brasil são uma referência importante no processo de reconhecimento das populações que vivem em espaços naturais como portadoras de uma cultura material e simbólica específicas, capazes de produzir lógicas próprias de uso e conservação dos recursos naturais disponíveis. As chamadas “populações tradicionais” caracterizam-se, segundo o autor, pelo desenvolvimento de técnicas atreladas à disponibilidade dos recursos naturais e a uma economia de pequena produção mercantil. A questão

central nesse argumento é reconhecer que as populações locais possuem uma lógica equilibrada de uso do ecossistema e são capazes de atuar como guardiães da biodiversidade, quando se trata de proteger os recursos naturais de uma atividade predatória como o fenômeno turístico.

Sociedades tradicionais (...) são grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza. Caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 1999, p. 20).

Ainda nessa perspectiva, Diegues avança na caracterização das populações nomeadas “tradicionais” definindo-os através de elementos tais como: dependência e simbiose com a natureza; moradia e ocupação do território por várias gerações; importância das atividades de subsistência; reduzida acumulação de capital; tecnologia simples e de baixo impacto ao meio-ambiente; importância das simbologias, mitos e rituais associados à natureza e fraco poder político (IDEM, 1996, p. 87-88).

Embora o conceito de “populações tradicionais” e a caracterização sugerida pelo autor sejam amplamente questionáveis, visto que cristalizam e mitificam os valores materiais e morais dessas populações, ignorando os processos de ruptura, descontinuidades e mudanças pelos quais passam qualquer sociedade, o turismo é uma delas; não podemos deixar de considerar sua importância na fundamentação do direito das populações locais sobre o território e demais recursos naturais. Direitos esses, validados apenas aos grupos indígenas e recentemente aos grupos quilombolas, mas negados a outros grupos sociais em contextos rurais.

É o caso dos habitantes e usuários do Parque Nacional da Chapada Diamantina, que não são facilmente enquadrados na categoria de populações tradicionais, primeiro pelo seu caráter nômade, as pessoas circulam muito entre uma região e outra e os fluxos migratórios são ainda muito intensos; dificilmente esses habitantes se mantêm há mais de duas gerações no mesmo local. Segundo, pela contingência da atividade econômica predominante; a forte presença do garimpo na região transformou a lavoura em uma atividade secundária e temporária; as roças

Turismo, natureza e populações "tradicionais": nas trilhas...

eram uma espécie de apêndice do garimpo, eram cultivadas sempre em função deste e o acompanhavam em seus constantes deslocamentos, dando origem às roças itinerantes, ainda encontradas no Vale do Pati.

Nesse sentido, os habitantes do Parque Nacional da Chapada Diamantina estão "deslocados" dos grupos étnicos normalmente inseridos em espaços naturais protegidos. Eles estariam portanto menos aptos a serem contemplados do que as populações consideradas "tradicionais" e portanto portadoras de direitos reconhecidos e específicos sobre a terra. Lobão (2006) chama atenção para as demandas políticas que o termo impõe às populações rurais.

Para habitar os novos espaços é necessário incorporar identidades distintivas do todo nacional. Em Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação) somente é permitido a presença de grupos étnicos - índios ou quilombolas - de "populações tradicionais". Além de uma "nova" identidade, mesmo que construída ao abrigo do Decreto 5.051/2004, os grupos locais candidatos a permanecer em Áreas Protegidas tiveram, e os novos também terão, que incorporar novos discursos, novas formas de organização social e novas práticas produtivas, voltadas para o futuro e controladas pela Ciência da Conservação, em todas as suas vertentes (LOBÃO, 2006, p. 1-2).

A experiência dos habitantes do Parque Nacional da Chapada Diamantina, assim como várias outras populações residentes em áreas naturais de conservação no Brasil, aponta para o uso político e ampliado da expressão "populações tradicionais". À medida que a expressão deixa de contemplar a gradação de atores que habitam os espaços naturais protegidos e se reduz a uma categoria política amplamente utilizada pelos agentes do governo e pelos programas sócio-ambientais, ela não apenas deixa de explicar as múltiplas funções e papéis sociais dessas populações na relação com os espaços naturais que o circundam, como também, e principalmente, limita e/ou exclui a participação de diversos grupos rurais nos processos decisórios dos espaços em que vivem. Barretto Filho salienta esse aspecto "alienante" evocado pelo conceito:

Não se trata tanto de uma "descoberta" das "populações tradicionais" posto que "tradicionalidade" não é algo que se descobre, mas da sua

construção como sujeito - em seus múltiplos sentidos do manejo de áreas protegidas, entendido como processo sociocultural e político pelo qual transforma-se a natureza, essas populações e o nosso entendimento do que ambas são (BARRETO FILHO, 2001, p. 13).

Carneiro da Cunha e Almeida (1999) tentam desmitificar valores e ideais frequentemente associados às populações “nativas” colocando as seguintes questões: esses grupos sociais são sempre, e necessariamente, conservacionistas? Conservaram as florestas e outras paisagens no passado? Continuarão a preservá-las no futuro? Essas perguntas nos ajudam a repensar a pressuposta relação “essencialista” entre as populações locais e a natureza, onde a relação dessas populações com o meio natural é imaginariamente equilibrada e harmoniosa, o que garantiria um bom uso ou um uso sustentável dos recursos naturais existentes, garantindo, assim, a permanência desses habitantes em áreas de proteção ambiental.

Para Carneiro da Cunha e Almeida (1999, p. 6), o “conservacionismo não é só um conjunto de práticas, mas é também uma ideologia”. Segundo os autores, há um equívoco em tomar as populações locais de áreas naturais como portadoras de uma ideologia necessariamente conservacionista. Entretanto, Carneiro da Cunha e Almeida admitem que é possível a existência de práticas conservacionistas entre esses grupos sem que estas estejam baseadas em uma “ideologia” que as sustente. O que não significa dizer que um grupo social manterá uma prática sustentável no uso de seus recursos naturais. Dito de outro modo, a sustentabilidade está sempre condicionada à provisão de recursos da natureza e à escala de necessidades do grupo.

De qualquer modo, não há garantia efetiva de que as populações que fazem uso sustentável dos seus recursos hoje, continuem a fazê-lo amanhã. As mudanças culturais que atingem os grupos locais, de modo cada vez mais intenso e predominante, comprovam que tais populações “não estão mais situadas fora da economia mundial, nem estão mais na periferia do capitalismo” (CARNEIRO DA CUNHA e ALMEIDA, 1999, p. 6). Esses grupos estão em constante contato com vários outros grupos, instituições, organizações não governamentais e órgãos oficiais do governo, reinventando cotidianamente os valores que os mantêm ligados à natureza.

A emergência de novos mercados que expressam a demanda por “valores de existência”, como biodiversidade e paisagens naturais (IDEM, 1999) tem sido uma alternativa de sobrevivência e manutenção da qualidade de vida das chamadas populações “tradicionais”. Atividades desse tipo são compatíveis com a conservação ambiental e são também uma forma de reconhecer que as populações locais têm a capacidade de oferecer esses produtos e estão qualificadas para uma participação efetiva no mercado.

Contudo, a questão posta não é saber em que medida as “populações tradicionais” estão envolvidas com o mercado e sim saber “se elas se qualificam como parceiros” no processo de implementação e gestão de áreas de conservação, o que dependerá do tipo de mercado com o qual estão envolvidas e do tipo de política pública adotada pelo Estado. Voltamos, portanto, ao dilema central que é saber se tais populações estão aptas e desejam fazer parte de um “pacto” com o poder público que lhes assegure a conservação dos recursos naturais disponíveis, a qualidade de vida e a geração de renda - especialmente baseada no desenvolvimento e planejamento da indústria turística.

NOTAS

[1] Carta de Intenções dos Garimpeiros de Serra de Lençóis. SUM - Sociedade União dos Mineiros, 10 de Dezembro de 1998, Lençóis-Ba.

[2] Áureo, entrevista realizada em 1996, durante pesquisa de campo para o curso de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

[3] Mira, guia de Andaraí, em entrevista realizada em fevereiro de 2004, durante pesquisa de campo para o doutorado.

[4] O Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985, ainda não foi regulamentado, o que implicaria um processo de reconhecimento das propriedades e de suas benfeitorias através do levantamento fundiário e, em conseqüente, de indenização aos proprietários para a retirada da população do Parque, posto que se trata de uma unidade de conservação de proteção integral, não permitindo, portanto, a presença humana em áreas centrais.

[5] A autora já foi guia local na região, quando ainda não havia ingressado na universidade, época em que também participava do Movimento SOS Chapada pela luta da preservação da Chapada Diamantina.

[6] São lugares de natureza como cavernas e grutas que possuem também pinturas de valor arqueológico.

[7] Heraldo, em entrevista realizada em janeiro de 2004.

[8] De acordo com a lei no. 9.985 de 18/07/2000 Unidades de conservação são “o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

[9] Uso Indireto: Aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Uso direto: Aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BARRETTO Fº, H. T. “Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de uma Noção”. In: Workshop *Sociedades Cablocas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*, Parati-RJ, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, M. e ALMEIDA, M. “Populações Tradicionais e Conservação”. Seminário de Consulta, Macapá: 21 a 25 de Setembro, 1999.

_____. (orgs.) *Enciclopédia da Floresta*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIEGUES, A. C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. São Paulo: Relatório Final - Nupaub (USP), Probio (MMA), CNPq, 1999.

HARDIN, G. “The Tragedy of the Commons”. In: *Science*, vol. 162, 1968.

HOGAN, D. J. “Prefácio”. *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

LOBÃO, R. *Economia Política do Ressentimento: Contingente ou necessária?* Rio de Janeiro: Nufep - UFF, 2006.

SENNA, R. S. *Jarê, uma Face do Candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Feira de Santana: UEFS, 1998.

SERRANO, C. M. de T. “Dos Modos de Conhecer e Conquistar o Itatiaia”. In: *Temáticas*, Ano 4, nº 7, Campinas: Unicamp, 1996.